



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES



GISELE PORTO

Coordenadora do GT 4^a CCR - Zona Costeira

Coordenadora do MPF-Gerco

1. Gerenciamento Costeiro INTEGRADO

2. Motivos para o MPF participar

Desenvolvimento Sustentável

Princípio da Cooperação

Princípio da Informação e Participação

Princípio da Prevenção - Responsabilidade Integral

Resolutividade e Auto composição como prioridade

3. Como participar

Materializando os princípios

Como?

Atentando para a distinção dos Papéis

Desatando os nós da comunicação

Preparando o relacionamento para possibilitar a tentativa de auto composição



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES



5ª Oficina Estadual de Capacitação em Gestão de Praias 2025

Rio de Janeiro/RJ – 10 a 12 de junho

Luciola Vilela_Forte de Copacabana_Rio de Janeiro_RJ – MTur Destinos



1º dia – Sede do MPF (auditório)

Terça-feira	Palestras e Debates	Coordenação	Público principal
9h – 9h30	Recepção e boas-vindas		
9h30 – 10h	Mesa de Abertura	MPF-Gerco	Todos
10h – 11h	TAGP – Conceitos e Premissas	SPU	Todos
11h – 11h15	Intervalo		
11h15 – 12h	Planejamento Espacial Marinho – PEM	SECIRM	Todos
12h – 14h	Intervalo almoço		
14h – 15h	O Projeto Orla e o Plano de Gestão Integrada	MMA	Todos
15h – 15h30	Panorama da Gestão de Praias no Estado	CEPO	Todos
15h30 – 16h	Boas Práticas na Implementação de PGIs	CEPO	Todos
16h – 16h15	Intervalo		
16h15 – 16h45	Bandeira Azul - Certificação Internacional de Praias	IAR	Todos
16h45– 17h15	Gestão Patrimonial da Orla - Fiscalização	SPU	Todos
17h15 – 19h	Lanche no terraço - Exposições emprestadas pelo Museu Naval: Águas do Brasil e Mar Limpo é Vida!	MPF-Gerco	Todos

2º dia – Sede do MPF (auditório)

Quarta-feira	Palestras e Debates	Coord.	Público principal
9h30 – 10h15	Grupo de Atuação Conjunta Especial - GACE/CAO MA/PRAIAS	MPPE	Procuradores Municipais e da República, AGUs, Promotores, Técnicos do Judiciário, da SPU, do Estado e dos municípios. Todos
10h15 – 11h	Ações Judiciais, Acordos e TACs	AGU/MPF	
10h30 – 11h15	Intervalo		
11h15 – 12h	NUPIA - Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição	MPF	
12h – 14h	Intervalo Almoço		
14h – 15h	O Termo de Adesão à Gestão de Praias	AGU	
15h – 15h30	TAGP e Projeto Orla – Adesão, contratação facilitadora, páginas internet e relatórios	SPU	Técnicos municipais (gestão e fazenda)
15h30 – 16h15	Destinações de áreas no âmbito do TAGP: cessões e permissões de uso, avaliações, cobranças e gestão de receitas	SPU	Técnicos municipais (gestão e fazenda)
16h15 – 16h30	Intervalo		
16h30 – 17h15	Fontes de recursos para elaborar e implantar o Projeto Orla (financiamentos)	SPU	Técnicos municipais (gestão e fazenda)
17h15 – 19h	Lanche no terraço - Exposições emprestadas pelo Museu Naval: Águas do Brasil e Mar Limpo é Vida!	SPU	Todos



2º dia – Sede da SPU (somente presencial - auditório)

Quarta-feira	Palestras e Debates	Coordenação	Público principal
14h – 16h	Curso de capacitação para FISCAIS (parte I)	SPU/DECIP/CGFIS	Técnicos municipais que atuarão na fiscalização patrimonial de praias. Aberto para fiscais de outros entes.
16h – 16h15	<i>Intervalo</i>		
16h15 – 17h	Curso de capacitação para FISCAIS (parte II)	SPU/DECIP/CGFIS	Técnicos municipais que atuarão na fiscalização patrimonial de praias. Aberto para fiscais de outros entes.
17h – 17h30	<i>Síntese do dia e encerramento</i>	SPU/DECIP/CGFIS	Todos

SPU/RJ

Av. Pres. Antônio Carlos, 375,
sala 514 – Castelo
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20020-010



PRR2 - MPF/RJ

Av. Almirante Barroso, 54,
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP 20031-000



3º dia – Sede do MPF (auditório)

Quinta-feira	Palestras e Debates	Coordenação	Público principal
9h – 10h	Destinos sustentáveis e o Fomento às Intervenções Integradas para a Orla - potenciais de investimentos públicos e privados;	MTur	Todos
10h – 10h45	Mudanças Climáticas e a Gestão Costeira e Marinha, Cidades Verdes Resilientes	MMA	Todos
10h45 – 11h	<i>Intervalo</i>		
11h – 12h	Cidades Sustentáveis - Projetos Urbanos Integrados	M Cidades	Todos
12h – 14h	<i>Intervalo Almoço</i>		
14h - 15h30	Boas Práticas: Prevenção e Proteção à Erosão Costeira no Litoral Norte Pernambucano e Paraibano	MPF PE e PB / UFPE	Todos
15h30 – 16h15	Guia de Diretrizes de Prevenção e Proteção à Erosão Costeira	MPF	Todos
16h15 – 17h	Licenciamento Ambiental na Costa	INEA	Todos
17h – 17h15	Considerações finais	MPF Gerco	Todos
17h15 – 18h	Lanche no terraço - Lanche no terraço - Exposições emprestadas pelo Museu Naval: Águas do Brasil e Mar Limpo é Vida!		



O que é o PAF?

O PAF-ZC (Plano de Ação Federal da Zona Costeira) é um instrumento do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei nº 7.661/88 e regulamentado pelo Decreto nº 5.300/04.

O PAF tem como objetivo facilitar a integração de políticas públicas que incidem na zona costeira, promovendo a atuação coordenada e a responsabilidade compartilhada entre os diferentes atores envolvidos.

São objetivos do PAF:

- Promover, entre os membros do GI-GERCO (Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro), ações integradas relacionadas à gestão costeira;
- Priorizar ações que desenvolvam a capacitação de pessoal e das instituições para a implantação e avaliação dos instrumentos de gerenciamento costeiro já existentes;
- Contribuir com experiências setoriais exitosas, buscando soluções inovadoras para a gestão. Ou seja, em última análise, o PAF busca identificar **sinergias** entre políticas, programas, projetos e ações que incidam na zona costeira do Brasil, fortalecendo a gestão integrada e sustentável desse território.

O que NÃO é o PAF?

O PAF não é um novo planejamento na zona costeira do país. Ele não visa desenvolver novas ações e iniciativas;

O PAF não é um programa de ações específicas; ele orienta a integração de políticas, não define projetos;

O PAF não é um plano isolado; portanto deve se integrar com novas abordagens e iniciativas, como o PEM;

Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES



PLANO DE AÇÃO FEDERAL DA ZONA COSTEIRA 2025-2027

Ação 6	Promover ações para divulgação e implementação da Lei nº 13.240/15 e sua regulamentação sobre a transferência da gestão das praias aos municípios	
Coordenador	MPF Gerco - MPF, SPU e MMA	
Problema e/ou conflito associado	Dúvidas e desconhecimento sobre os efeitos da transferência por parte dos atores	
Contexto / Justificativa	Os atores institucionais mais diretamente envolvidos com a transferência de gestão e sua rotina operacional são dinâmicos, especialmente nas Prefeituras municipais, demandando ciclos de atualização/capacitação periódicos.	
Objetivo	Manter atualizadas as Superintendências do Patrimônio da União, e capacitar Membros do MPF, órgãos ambientais, Advogados da União e Prefeituras a exercer suas atribuições/competências.	
Resultado	Capacitações em formato híbrido (presencial com gravação/transmissão remota) realizadas nos estados costeiros	
	Atividade	Prazo
Cronograma	1. Realizar 13 Oficinas Estaduais de Capacitação em Gestão de Praias com TAGPs vigentes	Out/2025
	2. Regulamentação das praias fluviais e estuarinas	Out/2026
	3. Realizar Oficinas Estaduais de Capacitação em Gestão de Praias com TAGPS vigentes	Out/2027
	Indicador	Meta
Acompanhamento da Execução	Oficinas realizadas	13
	Regulamento publicado	1
	Oficinas realizadas nos Estados costeiros	17

Ação 10	Revisão e atualização do Guia de Diretrizes para Obras de Proteção e Prevenção à Erosão Costeira	
Coordenador	MPF-Gerco (MPF, MMA, SPU) e Secretaria Nacional de Defesa Civil	
Problema e/ou conflito associado	O Guia entrou em desuso por conta da falta de capacitação com os municípios, desatualização de processos legais, novos tipos de construção de obras costeiras e por necessidade de reavaliação	
Contexto / Justificativa	As obras de proteção costeira crescem em potencial com o aumento de desastres naturais, porém aquelas se desenvolvem à revelia de qualquer regularização técnica, ambiental e patrimonial. A necessidade de revisão vem sendo exposta desde 2022 por membros da Abema e por representantes da Defesa Civil Estadual e Municipal. Neste contexto, o PAF-ZC é um instrumento para aumentar não só a comunicação entre os atores, mas também reforçar o uso do Guia.	
Objetivo(s)	Revisar e Atualizar o Guia de Diretrizes para Obras de Proteção e Prevenção à Erosão Costeira	
Resultado	Novo Guia de Diretrizes para Obras de Proteção e Prevenção à Erosão Costeira	
	Atividade	Prazo
Cronograma	1. Plano de comunicação e campanhas contínuas de divulgação da temática nas redes.	/2025
	2. Capacitações por meio da Plataforma Escola Virtual do Governo Federal sobre a temática de erosão costeira e obras costeiras, com o levantamento de informações municipais em conjunto.	/2025
	3. Consulta pública sobre o tema	/2025
	4. Oficinas temáticas com especialistas para confecção da estrutura do Novo Guia	/2026
	5. Apresentação do Novo Guia	/2027
	Indicador	Meta
Acompanhamento da Execução	Número de Municípios Costeiros capacitados e participantes do levantamento de informações	
	Acompanhamento de tipos de obras e processos de desenvolvimento de obras no Brasil	
	Número de instituições participantes da construção do Guia	

Ação 11	Criação de Glossário multi-institucional de termos técnicos referentes à governança dos ecossistemas costeiros											
Coordenador	MPF-Gerco (MPF, MMA, SPU) e Sociedade Civil											
Problema e/ou conflito associado	<p>Termos essenciais para o desenvolvimento da governança costeira, ainda que com previsão legal, ainda carecem de um documento multiinstitucional para solidificá-los na fiscalização, monitoramento e gestão de ecossistemas costeiros. Essa carência, facilita a deturpação desses termos para criar um estado de insegurança jurídica e técnica, com diferentes instituições delimitando os ecossistemas costeiros de acordo com suas conveniências e oportunidades.</p>											
Contexto / Justificativa	<p>Crescem o número de iniciativas estaduais para "delimitar faixa de praia/ou a praia", de representações no MPF por conta de subdimensionamento da praia, de embates entre instituições na sobreposição de mapeamentos de feições, por conta de diferentes leituras de delimitações de "faixa de praia", "campos de dunas", "restingas", ou de termos que condicionam fenômenos costeiros. Essa controvérsia não encontra solução em documentos oficiais, cria um cenário de insegurança jurídica e permite o uso da terminologia de acordo com interpretações pessoais.</p>											
Objetivo(s)	Criar um glossário multiinstitucional de termos técnicos referentes à governança dos ecossistemas costeiros											
Resultado	Glossário de Termos Técnicos											
Cronograma	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atividade</th> <th>Prazo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. Plano de comunicação e campanhas contínuas de divulgação da temática nas redes.</td> <td>/2025</td> </tr> <tr> <td>2. Reuniões técnicas com especialistas e representantes regionais para levantamento de informações e construção de consensos</td> <td>/2025</td> </tr> <tr> <td>3. Elaboração de Relatório técnico sobre os termos e sua fundamentação</td> <td>/2026</td> </tr> <tr> <td>4 . Apresentação do Glossário.</td> <td>/2026</td> </tr> </tbody> </table>	Atividade	Prazo	1. Plano de comunicação e campanhas contínuas de divulgação da temática nas redes.	/2025	2. Reuniões técnicas com especialistas e representantes regionais para levantamento de informações e construção de consensos	/2025	3. Elaboração de Relatório técnico sobre os termos e sua fundamentação	/2026	4 . Apresentação do Glossário.	/2026	
Atividade	Prazo											
1. Plano de comunicação e campanhas contínuas de divulgação da temática nas redes.	/2025											
2. Reuniões técnicas com especialistas e representantes regionais para levantamento de informações e construção de consensos	/2025											
3. Elaboração de Relatório técnico sobre os termos e sua fundamentação	/2026											
4 . Apresentação do Glossário.	/2026											
Acompanhamento da Execução	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Indicador</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de termos técnicos afeitos à governança dos ecossistemas costeiros</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Instituições colaboradoras</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Número de Reuniões técnicas</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Relatório Técnico com os termos e sua fundamentação</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Indicador	Meta	Número de termos técnicos afeitos à governança dos ecossistemas costeiros		Instituições colaboradoras		Número de Reuniões técnicas		Relatório Técnico com os termos e sua fundamentação		
Indicador	Meta											
Número de termos técnicos afeitos à governança dos ecossistemas costeiros												
Instituições colaboradoras												
Número de Reuniões técnicas												
Relatório Técnico com os termos e sua fundamentação												

Ação 12	Desenvolvimento de plataforma de alerta, monitoramento, contenção e detecção precoce de Espécies Exóticas Invasoras na Zona Costeira Brasileira											
Coordenador	MPF, Sociedade civil e MMA											
Problema e/ou conflito associado	<p>O Relatório Temático Sobre Espécies Exóticas Invasoras, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos de 2024 apresenta um grande risco para a questão da vulnerabilidade dos ecossistemas costeiros brasileiros frente ao cenário de desconhecimento e ingerência das espécies exóticas invasoras nesta região.</p>											
Contexto / Justificativa	<p>Atualmente, esta temática é conduzida pela Estratégia Nacional de Controle de Espécies Exóticas, no âmbito do MMA, no entanto, para a Zona Costeira não existem ou são tímidas as ações, ainda que este seja um dos ambientes mais vulneráveis às bioinvasões. Neste caso, membros da Estratégia Nacional tem se organizado em auxiliar iniciativas voltadas para Biomas e ecossistemas específicos, o que pode ser canalizado com a oportunidade do PAF-ZC.</p>											
Objetivo(s)	Construir e reforçar a prevenção, o monitoramento e o controle de bioinvasões na Zona Costeira Brasileira.											
Resultado	Desenvolvimento de plataforma e estrutura específica para a questão de bioinvasões na Zona Costeira.											
Cronograma	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atividade</th> <th>Prazo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. Reunião com os representantes da Estratégia Nacional de Controle de Espécies Exóticas para definição do escopo da plataforma de informações.</td> <td>/2025</td> </tr> <tr> <td>2. Levantamento de base de informações sobre a temática e elucidação das lacunas</td> <td>/2025</td> </tr> <tr> <td>3. Desenvolvimento de plataforma de informações com os resultados e produção de Relatório Técnico</td> <td>7/2026</td> </tr> <tr> <td>4. Realização de Seminário para divulgação dos resultados e produtos (MPF já tem um previsto para 2026 sobre o tema)</td> <td>7/2026</td> </tr> </tbody> </table>	Atividade	Prazo	1. Reunião com os representantes da Estratégia Nacional de Controle de Espécies Exóticas para definição do escopo da plataforma de informações.	/2025	2. Levantamento de base de informações sobre a temática e elucidação das lacunas	/2025	3. Desenvolvimento de plataforma de informações com os resultados e produção de Relatório Técnico	7/2026	4. Realização de Seminário para divulgação dos resultados e produtos (MPF já tem um previsto para 2026 sobre o tema)	7/2026	
Atividade	Prazo											
1. Reunião com os representantes da Estratégia Nacional de Controle de Espécies Exóticas para definição do escopo da plataforma de informações.	/2025											
2. Levantamento de base de informações sobre a temática e elucidação das lacunas	/2025											
3. Desenvolvimento de plataforma de informações com os resultados e produção de Relatório Técnico	7/2026											
4. Realização de Seminário para divulgação dos resultados e produtos (MPF já tem um previsto para 2026 sobre o tema)	7/2026											
Acompanhamento da Execução	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Indicador</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Especialistas em espécies exóticas invasoras na Zona Costeira</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Estratégias de monitoramento, alerta e detecção precoce</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Relatório Técnico</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Plataforma de informações constituída em sítio digital</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Indicador	Meta	Especialistas em espécies exóticas invasoras na Zona Costeira		Estratégias de monitoramento, alerta e detecção precoce		Relatório Técnico		Plataforma de informações constituída em sítio digital		
Indicador	Meta											
Especialistas em espécies exóticas invasoras na Zona Costeira												
Estratégias de monitoramento, alerta e detecção precoce												
Relatório Técnico												
Plataforma de informações constituída em sítio digital												



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES





Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES

TRECHO Praia de Caíbau. Perfil 1.

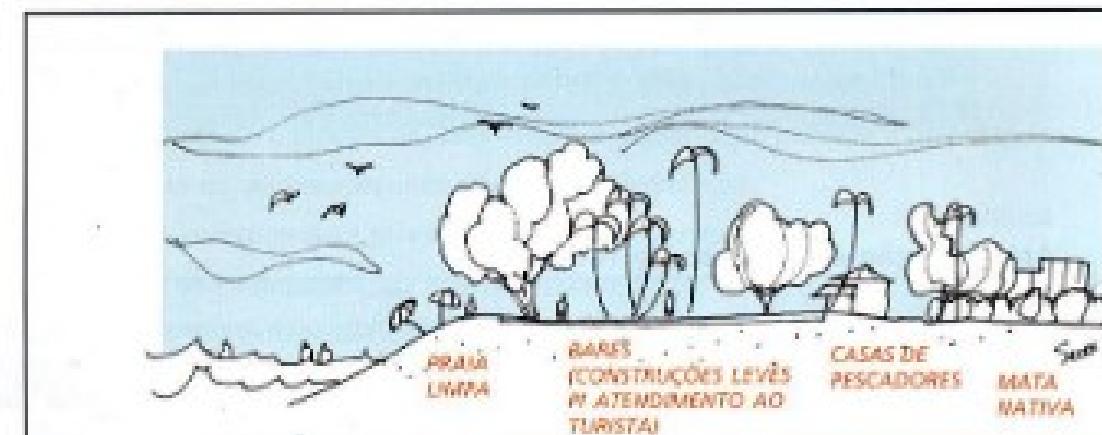
SITUAÇÃO ATUAL



TENDÊNCIA



SITUAÇÃO DESEJADA



Etapas da elaboração do PGI do Projeto Orla





Elaboração do PGI do Projeto Orla



**PGI é um
Catálogo de
Investimentos**
(públicos e privados)



Arranjo Institucional do Projeto Orla

CNPO

CEPO

CMPO



- Órgãos e entidades federais de planejamento, turismo, meio ambiente, defesa civil, saneamento etc.
- MPF-Gerco, GT-Praias
- Normatiza, da suporte e aprova os PGIs
- Identifica linhas de financiamento no âmbito dos órgãos federais envolvidos
- Órgãos e entidades estaduais de planejamento, turismo, meio ambiente, defesa civil, saneamento etc.
- Órgãos e entidades federais com atuação local (Sudene, Ibama, ICMBio, AGU etc)
- Organiza e aprova a elaboração e os PGIs
- Monitora a implantação
- Paritário (Município e Sociedade Civil)
- Núcleo de articulação e deliberação
- Monitora a implantação

GOVERNO FEDERAL



Exemplos de ações do Projeto Orla

- Projetos de urbanização, paisagismo, contenção de risco e erosão.
- Padronização de quiosques e desocupação de praias.
- Saneamento básico, gestão resíduos sólidos, mobilidade e acessibilidade.
- Regularização fundiária e provisão habitacional.
- Recuperação de APPs.
- Disciplinamento de atividades em terra e no mar, sinalização etc.
- Equipamentos náuticos, instalação portuárias (pescadores), marinas.
- Hotel, resort, restaurantes etc.
- Proteção às comunidades locais e garantia de acesso às praias e ao mar

Qualificação Ambiental

- Recuperação de áreas degradadas
- Proteção de dunas e restingas
- Proteção contra erosão costeira
- Gestão de resíduos sólidos
- Qualidade da água e da areia
- Educação ambiental
- ...

MMA

OEMA

SMMA



Qualificação Urbana

- Planejamento urbano
- Melhoria do sistema viário (infraestrutura e mobilidade)
- Garantia do acesso universal
- Melhorias no sistema de saneamento básico
- Regularização fundiária e provisão habitacional
- Projetos e obras de prevenção à erosão costeira

SM X

MDR

SUDENE

OEPD

Qualificação Turística

- Ordenamento da orla e garantia de acessibilidade universal,
- Estruturas de apoio aos usuários (locais e turistas) – estacionamentos, iluminação, segurança, postos médicos, serviços de atendimento capacitados, praças de esportes etc.
- Restaurantes, bares, hotéis, resorts, edifícios garagens, lojas etc.
- Agenda de eventos anuais
- Certificação de praias – publicidade universal

MTur

OETur

OMTur



Qualificação da Vida Local

- Desocupação e recuperação das APPs
- Respeito ao zoneamento da orla – surf x pesca; lanchas x banhistas
- Respeito e proteção às comunidades tradicionais
- Instalações adequadas para barcos e equipamentos dos pescadores
- Estacionamentos adequados para usuários sem trancar as ruas
- Eventos noturnos têm que observar o ambiente ao redor
- Saneamento básico e gestão de resíduos sólidos
- Mediação de conflitos – redução das judicializações



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES